



CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DE CONSELHEIROS TUTELARES DE RORAIMA

MATRIZ CURRICULAR

Módulo I 40h	<p>Componente Curricular: Aspectos Históricos e Composição do SGDCA Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: História da luta por direitos humanos no mundo e tensionamentos atuais, brasileiros e locais. História e trajetórias dos direitos sociais no Brasil, destacando rupturas e continuidades entre o sistema menorista (situação irregular) e o sistema de garantia de direitos (proteção integral); Rede de garantia de direitos: o papel de cada um dos atores do sistema de garantia de direitos (Equipamentos públicos, entidades governamentais e não governamentais de atendimento. Movimentos, associações, entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes: Entidades empresariais, clubes de serviços, lideranças empresariais. Universidades, centros de pesquisa, órgãos de comunicação. Órgãos de segurança pública. Judiciário, Conselho Municipal/estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), etc.</p> <p>Referências:</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2025.</p> <p>BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1 – Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 3 set. 2025.</p> <p>Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>NICODEMOS, C. Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.</p> <p>OIT. Organização Internacional do Trabalho. Questão racial, pobreza e emprego no Brasil: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade - manual de capacitação e informação. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9108/1/mod%2020-%20Manual%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20G%C3%A3nero%20Ra%C3%A7a%20Pobrezza%20e%20Emprego.pdf. 5 ago. 2025.</p> <p>VARELLA, S.F. O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sistema de informações para a infância e adolescência (SIPIA) - módulo I: conteúdo e metodologia. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em> https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/effcf756-f971-40e9-b881-ddded16e4af1. Acesso em: 3 set. 2025.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. de F. Projeto de Intervenção na Escola: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: São Paulo: Papirus, 2010.</p>
-------------------------------	--

Módulo I 40h	<p>Componente Curricular: Promoção, Proteção e Defesa aos Direitos da Crianças e dos Adolescentes Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: Eixos de atuação de cada órgão da Rede de garantia de direitos. Atribuições dos conselheiros tutelares e a relação com os demais atores da rede de garantia de direitos. Legislações Nacionais e Internacionais, com ênfase na realidade do território do estado de Roraima e suas diversas facetas. Projeto de Intervenção (Conceitos e elaboração da proposta: definição de situação problema, tema, objetivos e metodologia.)</p> <p>Referências:</p> <p>AÇÃO EDUCATIVA. O impacto do FMI na educação brasileira. São Paulo, 1999.</p> <p>ASSIS, S. G. de (Orgs.) <i>et al.</i> Teoria e prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009. ISBN: 978-85-61445-41-6. Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/wp_content/uploads/2017/02/livro-teoria-e-pratica-dos-conselhos-tutelares.pdf.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.</p> <p>MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-970-1076-3.</p> <p>NASCIMENTO, A.F., <i>et al.</i> Conselhos tutelares. In: ASSIS, S.G., et al., (Orgs). Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009, pp. 139-224. ISBN: 978-85-7541-596-2.</p> <p>UNICEF. 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019. 46 p. ISBN 978-85-87685-53-7 1. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 3 set. 2025.</p> <p>VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.) Avaliação Formativa: Práticas inovadoras. Campinas: São Paulo: Papirus, 2011.</p>
Módulo II 40h	<p>Componente Curricular: Proteção Integral de Crianças e Adolescentes Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: Rede de garantia de direitos: Promoção, Proteção e Políticas Públicas. Promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Referências:</p> <p>ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C. (org.). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003. ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 5-6, pág. 25-36, 1997.</p> <p>FREITAS, M. V. de (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: https://library.fes.de/pdf_files/bueros/brasilien/05623.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.</p> <p>PERONDINI, M. (Org.). Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: https://editora.pucrs.br/download/livros/1314.pdf. Acesso em: 3 set. 2025.</p> <p>RAMIDOFF, M. L. Direito da Criança e do Adolescente: teoria jurídica da proteção integral. Curitiba: Vicentina. 2008.</p> <p>THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez, 2018.</p>
Módulo II 40h	<p>Componente Curricular: Políticas Públicas de Promoção para Planejamento de Medidas de Execução e Monitoramento para Defesa de Direitos da Crianças e dos Adolescentes Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: Legislações Nacionais e Estaduais: Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto da pessoa com deficiência. Povos originários e povos tradicionais.</p>

	<p>Garantia dos direitos fundamentais: saúde, educação, moradia, assistência, cultura, esporte, lazer, etc. Garantia de direitos para adolescentes LGBTQIANP+. Garantia de direitos para imigrantes. Outras Legislações correlatas. CMDCA Fundos da Infância e Adolescência SUAS. Projeto de Intervenção (elaboração da proposta: definição do referencial teórico, recursos, cronograma e resultados esperados).</p> <p>Referências:</p> <p>CARVALHO FILHO, M.P. Indenização por eqüidade no novo Código Civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>FREITAS, M. C. de. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997.</p> <p>MACHADO, M. de T. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. São Paulo: Editora Manole, 2003.</p> <p>RAMIDOFF, M. L. Lições de Direito da Criança e do Adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.</p> <p>RAMIDOFF, M. L. Direitos difusos e coletivos IV: Estatuto da criança e do adolescente. v. 37. São Paulo: Saraiva, 2012 (Coleção Saberes do Direito).</p> <p>SARAIVA, J. B. da C. Direito Penal Juvenil: Adolescente e ato infracional. Garantias processuais e medidas socioeducativas. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2002.</p>
<p>Módulo III 40h</p>	<p>Componente Curricular: Infância, adolescência e suas especificidades</p> <p>Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: Crianças e Adolescentes e os direitos violados: Crianças e adolescentes em situação de rua. Igualdade Racial, Violências (física e verbal, patrimonial). Exploração Sexual de crianças e adolescentes. Exploração do Trabalho Infantil. Educação não violenta. Letalidade na adolescência. Sistema único de assistência social. Programa Nacional de Proteção à Criança e Adolescente ameaçados de Morte – PPCAAM. Adolescente infrator: direitos humanos, acesso ao álcool e outras drogas. Sócio-educação na perspectiva dos direitos humanos. Uso de armas não letais em ambientes socioeducativos. Legislação nacional e internacional de justiça juvenil. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Monitoramento e avaliação das políticas públicas. Projeto de Intervenção (conclusão da proposta e organização para o seminário).</p> <p>Referências:</p> <p>ABRAMOVAY, M. (Org.). Escola e Violência. Brasília. UNESCO, 2002.</p> <p>ADORNO, S. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. v. 10, n. 1. São Paulo: Tempo Social, 1998.</p> <p>ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: PILLOTTI, F. e RIZZINI, I. (orgs.). <i>A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil</i>. Instituto Interamericano del niño. Rio de Janeiro: Ed. Santa Úrsula/Amais Livraria, 1995.</p> <p>BANGO, J. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. In: FREITAS, M. V.; PAPA F. de C. (org.). <i>Políticas públicas: juventude em pauta</i>. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>MELLO, S.L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C.B.(org.). <i>A família contemporânea em debate</i>. São Paulo: Educ; Cortez, 2002.</p> <p>RAMIDOFF, M. L. Bullying: responsabilidade de todos! Disponível em: http://marioluzramidoff.jusbrasil.com.br/artigos/121934689/bullying-responsabilidade-de-todos. Acesso em: 10 ago. 2025.</p>
<p>Módulo III 40h</p>	<p>Componente Curricular: Medidas de execução e monitoramento para defesa de direitos da crianças e dos adolescentes</p> <p>Carga Horária: 20 horas</p> <p>Ementa: Aplicação de medidas Sistema de informações para infância e adolescência (SIPIA). O dia a dia do conselheiro tutelar: desafios e possibilidades. Fluxos decisórios, papel do colegiado (CT e CMDCA) e construção das estratégias de ação. Projeto de Intervenção (apresentação da proposta no seminário).</p>

Referências:

- ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escolas inovadoras: um retrato de alternativas.** In: Desafios e Alternativas: violências na escola. Brasília: UNESCO, 2002. p.185-221. (Anais do Seminário Internacional de Violências nas escolas).
- ARANTES E. M. M. **Redes de proteção e responsabilização em casos de violência contra crianças e adolescentes. O papel da Universidade.** In: OLIVEIRA, A. C. de F.; NAIR, C. B. (orgs). Violência contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização. Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, v.1. p. 31-37, Rio de Janeiro, 2007.
- MINAYO, M.C.S. **Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas.** In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MIOTO, R. C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar.** In: SALES, M.A; MATOS, M.C.; LEAL, M.C. (orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- RAMIDOFF, M. L. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa – SINASE: comentários à Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012.** São Paulo: Saraiva.

CARGA HORÁRIA TOTAL 120h